

RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.521 - SC (2015/0099763-4)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : MUNICIPIO DE XANXERÊ
PROCURADOR : ALAOR ANNONI NOTARE E OUTRO(S) - SC024165
RECORRIDO : OI S.A
ADVOGADOS : RENATO MARCONDES BRINCAS - SC008540
KARLO KOITI KAWAMURA E OUTRO(S) - SC012025

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Ministério Público do Estado de Santa Catarina** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fl. 168):

APELAÇÃO CÍVEL. PROCON DE XANXERÊ. MULTA APLICADA. DECISÃO QUE EXTRAPOLA OS LIMITES DO PODER DE POLÍCIA. ILEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

Ao estabelecer a penalidade, no intento de coagir o fornecedor a cumprir a obrigação ao consumidor, o Procon de Xanxerê não agiu nos limites de sua competência, mas, ao contrário, excedeu-a, imiscuindo-se nas funções do Poder Judiciário.

Opostos embargos declaratórios pela recorrida, foram acolhidos em razão da omissão quanto à fixação dos honorários sucumbenciais.

Os aclaratórios do recorrente foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73; 55, §§ 1º e 4º, 56, I, parágrafo único, e 57, parágrafo único, do CDC; e 4º, I, II, III e IV, 18, I, § 2º, 28 e 39 do Decreto nº 2.181/97. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido foi omissivo; **(II)** o fato de a violação à norma consumerista ter sido constatada em uma relação *inter partes* não desautoriza a imposição da sanção pelo PROCON; e **(III)** "ainda que o contrato tenha sido cumprido, é inarredável que não houve a submissão, por parte da fornecedora, à decisão que favoreceu o consumidor, já que em nenhum momento o Procon buscou coagi-la a cumprir a obrigação mediante a imposição de multa".

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões às fls. 282/296.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo provimento parcial do recurso especial (fls. 325/335).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (**REsp 763.983/RJ**, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJ 28/11/05).

Frise-se que o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que para o julgador, senão irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar. A propósito, confira-se o **AgRg no REsp 1.386.843/RS**, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 6/2/2014, DJe 24/2/2014 e o **REsp 804.921/AL**, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 15/5/2007, DJ 28/5/2007.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto ao cerne da controvérsia, constata-se que o órgão julgador *a quo* entendeu pela ilegitimidade da atuação do PROCON na hipótese dos autos, na medida em que o órgão de proteção ao consumo teria atuado não com o fito de punir a ora recorrida, mas com a intenção de impor obrigação de fazer relativa ao cumprimento do contrato firmado com o consumidor. Leia-se (fls. 172/174):

É perfeitamente possível ao Procon, desde que observados os procedimentos pertinentes, impor multas administrativas às prestadoras de serviços que infringirem normas protetivas ao consumidor, consoante bem explicitado em recente acórdão da Segunda Câmara de Direito Público, da lavra do e. Juiz Ricardo Roesler e prolatado na Apelação Cível n. 2011.050413-1, do qual se extrai o seguinte excerto:

[...]

Ora, não se está a discutir se houve abuso de direito da Brasil Telecom ou se ela agiu no seu exercício regular. Não se discute a discricionariedade do Procon nos processos de sua competência.

Sucedendo ao estabelecer a penalidade, no intento de coagir o fornecedor a cumprir a obrigação ao consumidor, o Procon de Xanxerê não agiu nos limites de sua competência, mas, ao contrário, excedeu-a, imiscuindo-se nas funções do Poder Judiciário.

[...]

Dos diversos acórdãos emanados por esta Corte, nota-se que o paradigma foi traçado pelo e. Des. Luiz Cézar Medeiros, na Apelação Cível n. 2011.089608-9, de Jaraguá do Sul, j. 18-7-2012. Ali, estabeleceu-se que o Procon não tem legitimidade para impor, sob ameaça de aplicação de multa, o cumprimento de obrigação de natureza individual inter partes. A solução de litígio com a obrigatoriedade de submissão de um dos litigantes à decisão que favorece a outra parte é prerrogativa da jurisdição.

Veja, o limite legal é excedido quando o Procon, sob a ameaça de aplicação da multa, impõe o cumprimento da obrigação de natureza inter partes à Brasil Telecom, exemplificada, no caso, ao determinar que empresa de telefonia atendesse o pleito do consumidor.

Nesse contexto, constata-se que as discussões relativas à possibilidade de o PROCON impor multa em razão do descumprimento de normas em relações *inter partes* não guardam pertinência com a fundamentação adotada pelo acórdão recorrido.

Superior Tribunal de Justiça

Isso porque a Corte de origem não negou a possibilidade de atuação do PROCON para essas hipóteses, mas, sim, afastou a multa por entender que o órgão de proteção buscava, na realidade, impor obrigação de fazer por meio impróprio.

Desse modo, é inadmissível o recurso especial que apresenta razões dissociadas do quadro fático e das premissas jurídicas expostos no acórdão recorrido, situação que atrai a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Nessa linha de raciocínio, citam-se os seguintes julgados: **REsp 1.260.020/GO**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30/8/2011; **AgRg no Ag 1.238.729/PE**, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 13/9/2010.

Por fim, o trecho do acórdão recorrido acima citado também revela que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca de qual foi o objetivo buscado pelo PROCON no caso concreto, isto é, se objetivava punir a empresa ou forçar o cumprimento de obrigação *inter partes*, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos. Essa providência é vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PODER DE POLÍCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA LAVRADA PELO PROCON. MANUTENÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREÇO DOS PRODUTOS EXPOSTOS EM VITRINE. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM.

REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem entendeu pela validade do auto de infração lavrado pela recorrida, visto que a autuada não comprovou que os produtos expostos na vitrine seriam decorativos, sendo correta a conduta fiscalizatória, considerando a ausência de indicação do preço dos produtos expostos. Assim, para alterar tal conclusão, necessário o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 776.554/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 27/10/2015, DJe 6/11/2015)

ADMINISTRATIVO. CONSUMIDOR. MULTA. ANULAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA.

1. [...]

3. *Apreciaram-se as provas colhidas nos autos para afirmar que o auto de infração e a imposição de multa não merecem ser anulados.*

Incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ.

4. *Agravo Regimental não provido.*

(**AgRg no AREsp 154.442/RN**, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 22/5/2012, DJE 15/6/2012)

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator